

MEMORANDO INTERNO N ° 75/2021

De: Setor de Compras, Licitações e Contratos

Para: Diretoria Jurídica

Assunto: Pedido de Reequilíbrio Econômico – Financeiro/Cancelamento – Pregão Eletrônico – SRP – nº 22/2020

Interessado: Emerson Bezerra da Silva EPP - ARP nº 95/2020

Encaminho para o Parecer Jurídico solicitação da Detentora da ARP nº 95/2020, a empresa **EMERSON BEZERRA DA SILVA EPP**, às fls. 3.681/3.687, referente ao pedido de reequilíbrio econômico - financeiro/cancelamento de preço do item 224 (PAPEL TOALHA 20.0CM X 21.0CM, NA COR BRANCA).

Após, ao Diretor Executivo para decisão final.

Atenciosamente,

Presidente Prudente, 23 de abril de 2021



MARCEL DOS SANTOS CARDOSO
Chefe do Setor de Compras, Licitações e Contratos

Recebido em 23 / 04 / 2021

Setor Jurídico: 

3680
D

Licitação - CIOP

De: Ermlimp <ermlimp@stetnet.com.br>
Enviado em: sexta-feira, 23 de abril de 2021 10:05
Para: Licitação e Compra CIOP
Assunto: Solicitação de Reequilíbrio financeiro item nº 224 - PE 22 2020
Anexos: REEQUILIBRIO FINANCEIRO - item 224 - Papel Toalha - CIOP.pdf; PLANILHA DE CUSTOS E DESPESAS -EMERSON.pdf; NF 28782 - SOFTPAPER.pdf; NF 28802 - SOFT PAPER.pdf; NF 29073 - SOFT PAPER.pdf

Sinalizador de acompanhamento:

Acompanhar

Status do sinalizador:

Sinalizada

--

ERMLIMP-EMERSON BEZERRA DA SILVA EPP.

Rua Angelo Calabreta 389 Vila Aristarcho 19013 320 Presidente Prudente - SP

Marcel dos Santos Cardoso
Chefe do Setor de Licitações
e Contratos-CIOP
RG: 42.187.355-3

23/04/2021

E.B PRODUTOS DE LIMPEZA, PAPELARIA E EPI'S.

3681
8

AO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO OESTE PAULISTA

AO SETOR DE LICITAÇÕES

REFERENTE A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 95/2020
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 22/2020 - CIOP
PROCESSO Nº 34/2020 – CIOP
ITEM Nº 224 – PAPEL TOALHA

EMERSON BEZERRA DA SILVA EPP, inscrita no CNPJ/MF nº 36.688.418/0001-80, sediada na Rua Angelo Cababretta, nº 389 – A, Vila Aristarcho, CEP 19.013-320, em Presidente Prudente/SP, vem por intermédio de seu representante legal, perante aos Senhores (as), apresentar **PEDIDO DE REEQUILÍBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO C/C PEDIDO ALTERNATIVO DE RESCISÃO CONTRATUAL AMIGÁVEL** do contrato supramencionado, pelas razões de fato e de direito que aduz a seguir:

RELATÓRIO

A requerente logrou-se vencedora de alguns itens no Pregão Eletrônico nº 22/2020, cujo objeto é Registro de Preços para aquisições futuras de materiais de Enfermagem para 17 (dezessete) Municípios consorciados pelo prazo de 12 (doze) meses nas formas e quantidades previstas em Edital.

No entanto, ao fornecer os itens ganhos, a empresa se deparou com obstáculos que impossibilitam a efetividade na execução do contrato, de modo a não satisfazer ambas as partes.

DO DESEQUILÍBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO

Conforme documentos anexo, esta Requerente comprova a elevação dos custos do objeto registrado, uma vez que houve aumento bastante significativo, devido à falta de matéria prima as indústrias elevaram os valores, e como consequência repassam as empresas revendedoras.

Fatos estes que impedem a continuidade do contrato nos preços originalmente propostos, e tratam-se de reflexos previsíveis, porém, com efeitos retardadores e incalculáveis à época do contrato.

Mapa comparativo do item nº 224 – Papel toalha - Valor vendido R\$ 7,50 Marca: SOFT PAPER

DOCUMENTO	DATA	Valor do galão
Nota Fiscal nº 28782	19/10/2020	R\$ 5,10 – Interfolha Branco
Nota Fiscal nº 28802	03/11/2020	R\$ 5,10 – Interfolha Branco
Nota Fiscal nº 29073	19/04/2021	R\$ 6,25 - Interfolha Branco

Custo atual	R\$ 6,25
•Equilíbrio econômico financeiro- solicitação em porcentagem sobre o custo atual da mercadoria	49,66% - para cobrir custos operacionais da empresa.
Solicitação de preço para reequilíbrio financeiro. Conforme planilha de custos e despesas em anexo.	R\$ 9,35

DOS REQUERIMENTOS

Diante de todo o exposto, requer:

Requer o Reequilíbrio financeiro para o do item nº 224 – Papel toalha, para o valor de R\$ 9,35 (nove reais e trinta e cinco centavos), pois conforme notas fiscais, o produto teve considerável aumento;

Na remota hipótese de negativa ao pedido de reequilíbrio financeiro, solicitamos a rescisão contratual amigável do item nº 224, pois de acordo com a Secretária da Fazenda Estadual, vender produto sem margem de lucro, constitui crime fiscal, previsto inclusive no Código Civil.

Caso assim não entenda, requer a liberação do compromisso, liberando a empresa do fornecimento dos objetos registrados em ata, sem aplicação das penalidades, uma vez que, fora demonstrado cabalmente a veracidade dos motivos apresentados.

Nestes termos,

Pede e aguarda deferimento.

Presidente Prudente, 23 de abril de 2021



Emerson Bezerra da Silva
CNPJ: 36.688.418/0001-80

Emerson Bezerra da Silva EPP	
Média Faturamento (3 meses)	R\$ 138.291,00
Custos e Despesas Variáveis	
Frete	3%
Tributos	
DAS	10,70%
Custos e Despesas Fixos	
Mão de Obra	3%
Aluguel	1,40%
Telefone	0,05%
Água	0,06%
Energia Elétrica	0,08%
Seguros	0,07%
Material de Consumo	0,30%
Combustível	5%
Margem de Lucro	26%
Total Custos e Despesas s/ Faturamento	49,66%

Cesar Eduardo dos Santos
CESAR EDUARDO DOS SANTOS
 Rua Maria Aparecida, 670
 Presidente Prudente-SP Tel.: 3223-6901
 CPF 101.721.328-35 - RG. 20.003.045-SSP/Sr
 Técnico em Contabilidade CRC 1SP177962/O-6


36.688.418/0001-80

Emerson Bezerra da Silva EPP

Rua Angelo Calabretta, 389-Letra A
 VI Aristarcho - Cep: 19013-320

Presidente Prudente-SP

3685
8

IDENTIFICAÇÃO DO EMITENTE		DANFE Documento Auxiliar da Nota Fiscal Eletrônica		 <small>3520 1013 7786 1000 0173 5500 1000 0287 8311 0028 7820</small>											
SOFT PAPER PRODUTOS DE PAPEL EIRELI EPP AV 15 DE NOVENBRO 1300 CENTRO MATAO - SP CEP: 15990-234 (16)3382-7749		0 - ENTRADA 1 - SAÍDA 1 Nº 000028782 SÉRIE 1 FL 1/1		Consulta de autenticidade no portal nacional da NF-e www.nfe.fazenda.gov.br/portal ou no site da Sefaz Autorizadora											
NATUREZA DA OPERAÇÃO VENDA SUBST. TRIBUTARIA				PROTOCOLO DE AUTORIZAÇÃO DE USO 135200940769209 19/10/20 10:25:48											
INSCRIÇÃO ESTADUAL 441047645115		INSC. ESTADUAL DO SUBST. TRIBUTÁRIO		CPF/CNPJ 13.778.619/0001-73											
DESTINATÁRIO / REMETENTE															
NOME / RAZÃO SOCIAL EMERSON BEZERRA DA SILVA EPP				CNPJ / CPF 36.688.418/0001-80											
ENDEREÇO RUA ANGELO CALABRETTA 389				DATA DA EMISSÃO 19/10/2020											
COMPLEMENTO				DATA E HORA DA ENTRADA/SAÍDA 19/10/2020 00:00:00											
MUNICÍPIO PRESIDENTE PRUDENTE		BAIRRO / DISTRITO VILA ARISTARCHO		FONE / FAX 18981320827											
UF SP		INSCRIÇÃO ESTADUAL 562496680113		CEP 19013-320											
FATURA															
NÚMERO 0000028782		VALOR ORIGINAL 2.836,32		VALOR DESCONTO 0,00											
				VALOR LÍQUIDO 2.836,32											
DUPLICATAS															
NÚMERO	VENC.	VALOR	NÚMERO	VENC.	VALOR										
001	16/11/20	709,08	002	23/11/20	709,08										
004	07/12/20	709,08	003	30/11/20	709,08										
					0,00										
CÁLCULO DO IMPOSTO															
BASE DE CÁLCULO DO ICMS 0,00		VALOR DO ICMS 0,00		BC DO ICMS SUBS. 4.140,69											
VALOR DO ICMS SUBS. 286,32		VALOR IMP. IMPORTAÇÃO 0,00		VALOR TOTAL DOS PRODUTOS 2.550,00											
VALOR DO FRETE 0,00		VALOR DO SEGURO 0,00		OUTRAS DESPESAS ACESSÓRIAS 0,00											
VALOR DO IPI 0,00		VALOR TOTAL DA NOTA 2.836,32													
TRANSPORTADOR / VOLUMES TRANSPORTADOS															
RAZÃO SOCIAL		FRETE POR CONTA 0 - REMETENTE		CÓDIGO ANTT											
ENDEREÇO		MUNICÍPIO		PLACA DO VEÍCULO											
				UF											
				CNPJ / CPF											
				INSCRIÇÃO ESTADUAL											
DADOS DO PRODUTO / SERVIÇO															
COD. PROD.	DESCRIÇÃO DO PRODUTO / SERVIÇO	NCM/SH	CSOSN	CFOP	LN	QTD	V. UNIT	V. DESC	V. TOTAL	BC ICMS	V. ICMS	V. ICMS ST	V. IPI	ALIQ. ICMS	ALIQ. IPI
00002878	INTERF. BRANCO 20CMX20CM	48182000	0201	5401	PCT	500,0000	5,1000	0,00	2.550,00	0,00	0,00	286,32	0,00	0,0000	0,0000
	C800 FLS 02 DOUTRAS														
DADOS ADICIONAIS															
INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES DOCUMENTO EMITIDO POR ME OU EPP OPTANTE PELO SIMPLES NACIONAL - NÃO GERA DIREITO A CREDITO FISCAL DE IPI III-PERMITE O APROVEITAMENTO DO CREDITO DE ICMS NO VALOR DE R\$ 98,94 CORRESP. A ALÍQUOTA DE 3,8% NOS TERMOS DO ART. 23 DA LC 123 VALOR TRIBUTOS FEDERAL R\$ 211,14 E 28 VALOR TRIBUTOS ESTADUAL R\$ 455,00 18,00 FONTE: IBPT CHAVE DI 107F CHEQUE															
DATA E HORA DA IMPRESSÃO 19/10/20 10:39:44															

SOFT PAPER PRODUTOS DE PAPEL EIRELI EPP

AV 15 DE NOVENBRO 1300
CENTROMATAO - SP
CEP: 15990-234
(16)3382-7749Documento Auxiliar da
Nota Fiscal Eletrônica0 - ENTRADA
1 - SAIDA
Nº 000028802
SÉRIE 1
FL 1/1CHAVE DE ACESSO
3520 1113 7786 1900 8173 5500 1000 0288 9211 0028 8027
Consulta de autenticidade no portal nacional da NF-e
www.nfe.fazenda.gov.br/portal
ou no site da Sefaz Autorizadora

NATUREZA DA OPERAÇÃO

VENDA SUBST. TRIBUTARIA

PROTOCOLO DE AUTORIZAÇÃO DE USO

135200997838494 03/11/20 13:35:19

INSCRIÇÃO ESTADUAL

441047645115

INSC. ESTADUAL DO SUBST. TRIBUTÁRIO

CPF/CNPJ

13.778.619/0001-73

DESTINATÁRIO / REMETENTE

NOME / RAZÃO SOCIAL

EMERSON BEZERRA DA SILVA EPP

CNPJ / CPF

36.688.418/0001-80

DATA DA EMISSÃO

03/11/2020

ENDEREÇO

RUA ANGELO CALABRETTA 389

COMPLEMENTO

DATA E HORA DA ENTRADA/SAÍDA

03/11/2020 00:00:00

MUNICÍPIO

PRESIDENTE PRUDENTE

BAIRRO / DISTRITO

VILA ARISTARCHO

FONE / FAX

18981320827

UF

SP

INSCRIÇÃO ESTADUAL

562496680113

CEP

19013-320

FATURA

NÚMERO

0000028802

VALOR ORIGINAL

5.672,65

VALOR DESCONTO

0,00

VALOR LÍQUIDO

5.672,65

DUPLICATAS

NÚMERO

001

VENC.

29/11/20

VALOR

1.134,53

NÚMERO

002

VENC.

06/12/20

VALOR

1.134,53

NÚMERO

003

VENC.

13/12/20

VALOR

1.134,53

CÁLCULO DO IMPOSTO

BASE DE CÁLCULO DO ICMS

VALOR DO ICMS

BC DO ICMS SUBS.

VALOR DO ICMS SUBS.

VALOR IMP. IMPORTAÇÃO

VALOR TOTAL DOS PRODUTOS

VALOR DO FRETE

VALOR DO SEGURO

DESCONTO

OUTRAS DESPESAS ACESSÓRIAS

VALOR DO IPI

VALOR TOTAL DA NOTA

TRANSPORTADOR / VOLUMES TRANSPORTADOS

RAZÃO SOCIAL

FRETE POR CONTA

CÓDIGO ANTI

PLACA DO VEÍCULO

UF

CNPJ / CPF

ENDEREÇO

MUNICÍPIO

UF

INSCRIÇÃO ESTADUAL

DADOS DO PRODUTO / SERVIÇO

CDOS PROD.	DESCRIÇÃO DO PRODUTO / SERVIÇO	NCM/SH	CSOSN	CFOP	UN	QTD	V. UNIT	V. DESC	V. TOTAL	BC ICMS	V. ICMS	V. ICMS ST	V. IPI	ALIQ. ICMS	ALIQ. IPI
0000280	INTERF. BRANCO 20CMX28CM C/20 FLS 02 DOBRAS	48182000	0201	3401	PCT	1.000,0000	5.1000	0,00	5.100,00	0,00	0,00	572,65	0,00	0,0000	0,0000

DADOS ADICIONAIS

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

DOCUMENTO EMITIDO POR ME OU EPP OPTANTE PELO SIMPLES NACIONAL - NAO GERA DIREITO A CREDITO FISCAL DE IPI
III-PERMITTE O APROVEITAMENTO DO CREDITO DE ICMS NO VALOR DE R\$ 197,48 CORRESP. A ALIQUOTA DE 3,8% NOS TERMOS DO
ART. 23 DA LC 123 VALOR TRIBUTOS FEDERAL R\$ 422,28 E 28 VALOR TRIBUTOS ESTADUAL R\$ 918,00 FONTE IBPT CHAVE
D11D7F CHEQUE

RESERVADO AO FISCO

DATA E HORA DA IMPRESSÃO 03/11/20 13:38:17

RECEBEMOS DE		SOFT PAPER PRODUTOS DE PAPEL EIRELI EPP		OS PRODUTOS CONSTANTES DA NOTA FISCAL INDICADA AO LADO		NF-e	
DATA DE RECEBIMENTO	IDENTIFICAÇÃO E ASSINATURA DO RECEBEDOR	DESTINATÁRIO	VLR TOTAL NOTA	Nº	000029073	Série	1
11/04/2021		EMERSON BEZERRA DA SILVA EPP	1.390,36				
			DATA DA EMISSÃO				19/04/2021

IDENTIFICAÇÃO DO EMITENTE SOFT PAPER PRODUTOS DE PAPEL EIRELI EPP		DANFE Documento Auxiliar da Nota Fiscal Eletrônica			
		AV 15 DE NOVEMBRO 1300 CENTRO MATAO - SP CEP: 15990234 Fone: (16)3382-7749		0 - ENTRADA 1 1 - SAÍDA Nº 000029073 SÉRIE 1 FL 1 / 1	
NATUREZA DA OPERAÇÃO VENDA SUBST. TRIBUTÁRIA				CHAVE DE ACESSO 3521 0413 7786 1900 0173 5500 1000 0290 7361 0029 0734 Consulta de autenticidade no portal nacional da NF-e www.nfe.fazenda.gov.br/portal ou no site da Sefaz Autorizadora	
INSCRIÇÃO ESTADUAL 441047645115		INSC. ESTADUAL DO SUBST. TRIBUTÁRIO		PROTOCOLO DE AUTORIZAÇÃO DE USO 635210000483215 19/04/21 15:28:54 CPF/CNPJ 13.778.619/0001-73	

DESTINATÁRIO / REMETENTE							
NOME / RAZÃO SOCIAL		CNPJ / CPF / ID Estr.		DATA DA EMISSÃO			
EMERSON BEZERRA DA SILVA EPP		36.688.418/0001-80		19/04/2021 15:29			
ENDEREÇO		BAIRRO / DISTRITO		COMPLEMENTO			
RUA ANGELO CALABRETTA 389		VILA ARISTARCHO					
MUNICÍPIO		FONE / FAX		INSCRIÇÃO ESTADUAL		CEP	
PRESIDENTE PRUDENTE		(18)98132-0827		562496680113		19013-320	
		UF		DATA/HORA ENTRADA/SAÍDA			
		SP		19/04/2021 15:29:00			

FATURA			
NÚMERO	VALOR ORIGINAL	VALOR DESCONTO	VALOR LÍQUIDO
0000029073	1.390,36	0,00	1.390,36

DUPLICATAS											
NÚMERO	VENC.	VALOR	NÚMERO	VENC.	VALOR	NÚMERO	VENC.	VALOR	NÚMERO	VENC.	VALOR
001	22/05/21	695,18	002	29/05/21	695,18	11			11		

CÁLCULO DO IMPOSTO					
BC ICMS 0,00	VALOR ICMS 0,00	BC ICMS SUBSTITUIÇÃO 2.029,75	VALOR ICMS SUBS 140,36	VALOR IMP. IMPORTAÇÃO 0,00	VALOR TOTAL DOS PRODUTOS 1.250,00
VALOR FRETE 0,00	VALOR SEGURO 0,00	VALOR DESCONTO 0,00	OUTRAS DESPESAS ACESSÓRIAS 0,00	VALOR IPI 0,00	VALOR TOTAL DA NOTA 1.390,36

TRANSPORTADOR / VOLUMES TRANSPORTADOS					
RAZÃO SOCIAL	FRETE POR CONTA 9-Sem ocorrência de transporte	CÓDIGO ANTT	PLACA -	UF	CNPJ / CPF
ENDEREÇO	MUNICÍPIO			UF	INSCRIÇÃO ESTADUAL

[illegible]

DADOS ADICIONAIS	
<p>INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES</p> <p>ESTABELECIMENTO IMPEDIDO DE RECOLHER O ICMS/ISS PELO SIMPLES NACIONAL NOS TERMOS DO 1 DO ART. 20 DA LEI COMPLEMENTAR N 123, DE 2006 ; NAO GERA DIREITO A CREDITO FISCAL DE IPI III-"PERMITE O APROVEITAMENTO DO CREDITO DE ICMS NO VALOR DE R\$ 48,50 CORRESP. A ALIQUOTA DE 3,88 NOS TERMOS DO ART. 23 DA LC 123" VALOR TRIBUTOS FEDERAL R\$ 103,50 (6,28%) VALOR TRIBUTOS ESTADUAL R\$ 225,00 (18,00%) FONTE DADOS: IBPT CHAVE: D11D7F DOLETO</p>	RESERVADO AO FISCO



3688
D

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO OESTE PAULISTA

PARECER JURÍDICO

INTERESSADO(S): SETOR DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS.

ORIGEM: EMERSON BEZERRA DA SILVA EPP

OBJETO: SOLICITAÇÃO DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO DO ITEM 224 - PAPEL TOALHA 20.0CM X 21.0CM, NA COR BRANCA

RELATÓRIO

1. Trata-se da solicitação de recomposição do equilíbrio econômico-financeiro referente: ITEM 224 - PAPEL TOALHA 20.0CM X 21.0CM, NA COR BRANCA – fls. 3.679, cuja licitante se sagrou vencedora foi a empresa EMERSON BEZERRA DA SILVA EPP, sob a justificativa da possibilidade da recomposição dos valores ante a elevação dos custos de seu fornecimento, alternativamente solicita o cancelamento do item.

2. A solicitante realiza o pedido de realinhamento de preço ITEM 224 - PAPEL TOALHA 20.0CM X 21.0CM, NA COR BRANCA; de R\$ 7,50 para R\$ 9,35, registrado na ARP nº 95/2020 do Pregão Eletrônico nº 22/2020, juntando documentos em fls. 3.684/ 3.687 (quadro de custos e notas fiscais).

3. O Colendo Setor de Compras, Licitações e Contratos, solicita-nos parecer jurídico referente ao reequilíbrio econômico-financeiro do ITEM 224 - PAPEL TOALHA 20.0CM X 21.0CM, NA COR BRANCA, sob a justificativa do aumento dos custos do item. Destarte, o Setor responsável solicita a esta Diretoria Jurídica o exame dos autos e a elaboração de parecer jurídico a respeito das providências a serem adotadas pela Administração do CIOP *in casa*.

CIOP - Consórcio Intermunicipal do Oeste Paulista

Rua Coronel Albino, 550 - CEP 19020-360 Presidente Prudente - SP | Tel.: (18) 3223-1116



4. Teceremos, portanto, considerações acerca da (im)possibilidade do realinhamento do preço nos moldes apresentado, de forma a orientar a decisão da autoridade competente quanto aos procedimentos a serem adotados no sentido de manter a impessoalidade e objetividade no âmbito do referido contrato administrativo.

ANÁLISE JURÍDICA

5. Trata-se de pedido realizado pela empresa EMERSON BEZERRA DA SILVA EPP, no qual solicita o reequilíbrio econômico-financeiro do item supra citado que logrou vencedora dos itens na licitação em epígrafe, embasa o seu pedido com o argumento que houve um aumento do preço da fabricação dos itens em razão da escassez da matéria-prima do produto.

6. Instrui a sua exordial juntando documentos aos autos às fls. 3.684/ 3.687 (quadro de custos e notas fiscais).

7. Eis a síntese do acostado às fls. 3.680/ 3.687.

8. Apresenta como argumento de sua exordial o aumento do preço do item em razão da alta do custo de seus insumos sendo necessária a recomposição do valor registrado para que se mantenha o equilíbrio pactuado.

9. O Sistema de Registro de Preço é um processo licitatório, em que aqueles interessados em fornecer materiais, equipamentos ou gêneros ao Poder Público em Ata pactuam na manutenção dos valores registrados no órgão competente, corrigidos ou não, por um determinado período e a fornecer as quantidades solicitadas pela Administração no prazo estabelecido. Possui como vantagem esse sistema, o fato de que, uma vez registrados os preços, não há obrigatoriedade de repetir o certame ou proceder à contratação, o que reduz a necessidade de planejamento de compras e de estoques, durante o prazo de 01 (um) ano de validade do certame.



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO OESTE PAULISTA

Assim, variações no preço dos itens ofertados é esperado que ocorram, devendo serem consideradas por aqueles que participam do certame e em sua proposta, existindo uma **diferença entre a o lucro real e o esperado**

10. Desta forma a recomposição dos valores neste registrado somente poderá ser realizada de forma excepcional, que se dá através da comprovação da ocorrência de a) fato do príncipe; b) fato da Administração; c) fato superveniente imprevisível; ou, c) fato previsível, mas de consequências incalculáveis.

11. A mera alteração dos valores não bastaria para a concessão do realinhamento, como aponta a jurisprudência colacionada:

ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL - PRESCRIÇÃO - INOCORRÊNCIA - INÉRCIA NÃO VERIFICADA - CONTRATO ADMINISTRATIVO - EQUÍLIBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO - VARIAÇÃO CAMBIAL DO DÓLAR AMERICANO - RISCO DO NEGÓCIO (ÁLEA ORDINÁRIA) - INAPLICABILIDADE DA TEORIA DA IMPREVISÃO.

1. O instituto da prescrição está intimamente relacionado à inércia do titular do direito violado. Excetuadas as hipóteses de vício formal do ato e desídia da parte (incisos II e III do artigo 267 do CPC), a citação constitui causa de interrupção da prescrição, mesmo nas hipóteses de extinção do processo sem resolução do mérito. Precedentes do C. STJ.

2. De acordo com a teoria da imprevisão, diante de situações de anormalidade, autoriza-se a revisão da avença, a fim de que seja restabelecido o equilíbrio econômico-financeiro originalmente contratado.

3. Considerando o disposto no art. 65, II, d, da Lei nº 8.666/93, bem assim o entendimento doutrinário dominante, a revisão do contrato em nosso ordenamento jurídico, com espeque na teoria da imprevisão, demanda o preenchimento cumulativo dos seguintes requisitos: ocorrência de fatos imprevisíveis (ou, até mesmo, razoavelmente imprevisíveis) ou anormais; inimitabilidade do evento às partes; onerosidade excessiva a um dos contratantes.

4. In casu, seja quantitativamente (prejuízo absoluto da recorrente), seja sob o aspecto da previsibilidade, a

CIOP - Consórcio Intermunicipal do Oeste Paulista

Rua Coronel Albino, 550 - CEP 19020-360 Presidente Prudente - SP | Tel.: (18) 3223-1116



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO OESTE PAULISTA

flutuação da moeda americana entre a data de apresentação da proposta e o termo limite de fornecimento das mercadorias importadas não configurou evento extraordinário e imprevisto. Pelo contrário, a variação cambial, tal como verificada no período, constituía risco ordinário do negócio.

5. Em se tratando de contratos administrativos, os quais via de regra são precedidos de processo licitatório, a desconsideração da álea ordinária na composição dos preços pode ser extremamente prejudicial à competição, podendo, inclusive, redundar na seleção de propostas inexeqüíveis.

6. Apelação a que se nega provimento.

Acórdão

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, decide a Egrégia Sexta Turma do Tribunal Regional Federal da 3ª Região, por unanimidade, negar provimento à apelação, nos termos do relatório e voto que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.

(Tribunal Regional Federal da 3ª Região TRF-3 - APELAÇÃO CÍVEL : AC 32183 SP 0032183-04.2001.4.03.6100) (Grifo nosso)

12. A exemplo disto o Egrégio Tribunal de Contas da União afirmou, por meio do Acórdão nº 1.431/2017, que a recomposição deve ser sempre fundamentada, com documentação que ateste a situação de forma incontestável **em todo o custo global do contrato e não somente em determinados itens**. Constituindo em um fato com consequências incalculáveis, que não eram passíveis de previsão pelo gestor médio quando da vinculação contratual, também devendo ocasionar um rompimento severo do equilíbrio econômico-financeiro, não bastando que o contrato se torne oneroso a uma das partes.

13. Conforme o Tribunal de Contas da União:

consistente no "reajuste" irregular da Ata do Pregão Presencial para Registro de Preços n.º 163/2008, que tinha por objeto a aquisição de materiais de consumo para atender às unidades hospitalares da capital e demais unidades administrativas daquela secretaria. Após destacar

CIOP - Consórcio Intermunicipal do Oeste Paulista

Rua Coronel Albino, 550 - CEP 19020-360 Presidente Prudente - SP | Tel.: (18) 3223-1116



que este Tribunal já decidiu, conforme Acórdão n.º 1.595/2006-Plenário, no sentido de que "é aplicável a teoria da imprevisão e a possibilidade de recomposição do equilíbrio contratual em razão de valorização cambial", não constatou o relator, na situação concreta, eventual desequilíbrio contratual em razão de valorização cambial que justificasse o realinhamento efetuado de 25% para os produtos constantes do Lote IV. Frisou tratar-se o presente caso de "revisão" ou "realinhamento" de preços, em que a modificação decorre de alteração extraordinária nos preços, desvinculada de circunstâncias meramente inflacionárias. Considerando, no entanto, a baixa materialidade do débito apurado em contraposição aos custos que envolveriam a adoção de procedimentos adicionais para buscar o ressarcimento do dano, e considerando, ainda, o princípio da economicidade, deliberou o Plenário, acolhendo proposição do relator, no sentido do arquivamento dos autos, sem prejuízo de determinação à SESACRE para que na análise de pedidos de recomposição do equilíbrio econômico-financeiro de contratos custeados com recursos públicos federais, fundamentados na ocorrência de fatos econômicos imprevisíveis (álea extraordinária), observe se estão presentes os pressupostos da concessão do direito previsto no art. 65, II, "d", da Lei n.º 8.666/93, quais sejam: a) elevação dos encargos do particular; b) ocorrência de evento posterior à assinatura da ata de registro de preços; c) vínculo de causalidade entre o evento ocorrido e a majoração dos encargos da empresa; e d) imprevisibilidade da ocorrência do evento. Acórdão n.º 25/2010-Plenário, TC-026.754/2009-8, rel. Min. Benjamin Zymler, 20.01.2010.

14. O Tribunal de Contas do Estado de São Paulo possui a seguinte jurisprudência:

Como se sabe, a ocorrência de variação de preços dos produtos não autoriza que o seu índice seja repassado, de imediato, para o contrato. É preciso que se demonstre que a elevação de preços vai repercutir negativamente na equação inicial da avença, a ponto de romper o equilíbrio



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO OESTE PAULISTA

econômico-financeiro, o que não ficou evidenciado nos presentes autos.

Deste modo, por se tratar de acontecimento comum e previsível, as oscilações devem ser suportadas pela contratada até o momento apropriado para o reajustamento do preço avençado, ou seja, depois de decorrido o período de 12 meses da última alteração.

E neste caso, não houve observância a tal procedimento resultando injustificado o realinhamento praticado, a título de recomposição da equação econômico-financeira da contratação em apreço, pois, repita-se, não foi respeitada a periodicidade de 12 meses.

Com isso, o reajuste de preços concedido acabou contaminando todos os termos aditivos subsequentes".
(TC-1403/002/04 – Tribunal Pleno, Sessão de 18/04/12 – Conselheiro Substituto Antonio Carlos dos Santos.

15. Inclusive decidindo recentemente sobre o caso nos seguintes termos:

Sorte distinta não assiste ao 1º Termo de Aditamento, que além de contaminado pelos vícios oriundo ajuste principal, consoante o princípio da acessoriedade, não se fez acompanhado da cabal demonstração da ocorrência de fatos imprevisíveis, ou previsíveis com consequências incalculáveis, posteriores à celebração do contrato, que viessem a alterar substancialmente a sua equação econômico-financeira; tampouco da memória de cálculo para a definição do realinhamento na ordem de 55% (cinquenta e cinco por cento).

Como bem registrado pela diligente equipe de Fiscalização, a Prefeitura se ampara no artigo 65, inciso II, "d", da Lei Federal nº 8.666/93, consignando no ato justificatório a existência de requerimento da contratada, "notas fiscais" e "pesquisa de preços junto à mercados, açougues e outros estabelecimentos do ramo". Inobstante provocação específica, não apresentou tais documentos, limitando-se a indicar notícia de jornal com destaque do aumento das

CIOP - Consórcio Intermunicipal do Oeste Paulista

Rua Coronel Albino, 550 - CEP 19020-360 Presidente Prudente - SP | Tel.: (18) 3223-1116



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO OESTE PAULISTA

exportações a países da Europa e, principalmente, à China, fato que teria pressionado os preços da arroba do boi no mercado nacional (ev.1.4).

Os documentos encartados nos eventos 100.3 e 100.4 do eTC-10472.989.20-1, por sua vez, são datados de 28/08/2020, sugerindo que Administração tenha se ocupado do tema somente após a provocação desta Corte. Ademais, referidas cotações, na melhor das hipóteses, revelariam simples variação sazonal no preço dos produtos, risco típico do negócio, a ser suportado pela contratada, e insuficiente, portanto, para justificar a hipótese de concessão do reequilíbrio econômico financeiro do contrato. TCE-SP Processo nº 00022417.989.19-1; CONSELHEIRO-SUBSTITUTO ALEXANDRE MANIR FIGUEIREDO SARQUIS; julgado em 16 de outubro de 2020.

16. Conjugando o suso exposto, denota-se que o reequilíbrio econômico-financeiro, apesar de ser possível, não é uma forma recomendável a Administração, vez ser uma ferramenta excepcional. Para tanto é necessário de uma comprovação contumaz da alteração dos preços.

17. Demonstrando toda a alteração dos valores no mercado, a apresentação de notas fiscais tão somente comprova uma relação jurídica da qual o licitante faz parte, não demonstra o alegado à Administração.

18. Não se vislumbra qualquer fundamento plausível para considerar a proposta do realinhamento do preço e cancelamento da empresa EMERSON BEZERRA DA SILVA EPP, não há um real motivo para aceitar o argumento de que o alegado "aumento de preço", uma vez que foram acostadas apenas notas fiscais.

19. De modo que não ficou demonstrada a ocorrência do alegado, ou seja, não existe justo motivo para a empresa vencedora de parte do certame, apenas o reajuste do preço por sua fornecedora.

20. Importante trazer à baila que o edital do certame, com supedâneo na Lei nº 10.520/2002, que dispõe sobre o pregão, estabelece

CIOP - Consórcio Intermunicipal do Oeste Paulista

Rua Coronel Albino, 550 - CEP 19020-360 Presidente Prudente - SP | Tel.: (18) 3223-1116



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO OESTE PAULISTA

expressamente quais as sanções aplicáveis aos licitantes, no caso de descumprimento, verbis:

"VIII – SANÇÕES

8.1. Quem, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com o CIOP pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais.

8.1.1 A execução irregular do contrato, que não resulte prejuízo ao CIOP ou ao Município Contratante, poderá ser punida com Advertência;

8.2. A execução irregular do contrato também poderá causar multa, prevista na forma do item 8.3 e 8.4, nas hipóteses de mora e inexecução do contrato.

8.3. Caso a licitante declarada vencedora se recuse a receber/retirar a Nota de Empenho ou instrumento equivalente, ser-lhe-á aplicada a multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor total adjudicado, exceto se a causa for decorrente de caso fortuito ou motivo de força maior, devidamente comprovada e acatada pela Administração.

8.4. Expirado o prazo proposto para a entrega dos produtos, sem que a contratada o cumpra, iniciar-se-á a aplicação da penalidade de multa, correspondente a 0,5 % (meio por cento) por dia de atraso, incidente sobre o valor total da Nota de Empenho ou Ordem de Compra, exceto se a causa for decorrente de caso fortuito ou motivo de força maior, devidamente comprovada e acatada pela Administração.

8.5. A multa prevista no item anterior será aplicada até o limite de 20 % (vinte por cento) do saldo empenhado, o que não impede, a critério da administração, a aplicação da sanção a que se refere o item 8.1.

8.6 A inexecução parcial ou total do contrato poderá gerar multa de 20% (por cento) sobre o valor não adimplido, sem prejuízo do que concerne o item 8.1, exceto se a causa for decorrente de caso fortuito ou motivo de força maior, devidamente comprovada e acatada pela Administração.

8.7 O valor da multa poderá ser deduzido de eventuais créditos devidos pelos Municípios e quando por esta solicitado.

8.8.1 O prazo para pagamento de multas será de 30 (dez) dias corridos, a contar da intimação da infratora, após decisão apenadora.

8.9 Contra os atos de aplicação das penalidades previstas neste título deverão ser respeitados os princípios do contraditório e ampla defesa.

CIOP - Consórcio Intermunicipal do Oeste Paulista

Rua Coronel Albino, 550 - CEP 19020-360 Presidente Prudente - SP | Tel.: (18) 3223-1116



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO OESTE PAULISTA

8.10 As apurações acerca de inadimplência contratual serão realizadas pelo CIOP após realizada a comunicação do evento detalhado pela prefeitura participante, com o envio do pedido de entrega.

8.11 As decisões sobre as sanções administrativas serão publicadas no Diário Oficial Eletrônico do CIOP.

8.11.1 Contra os atos de aplicação das penalidades previstas neste título deverão ser respeitados os princípios do contraditório e ampla defesa, abrindo-se prazo de 05 (cinco) dias úteis para Defesa, a partir da intimação, que poderá ser por carta com aviso de recebimento ou correio eletrônico.

8.11.2 Não encontrada a empresa apurada no endereço constante em seu cadastro de CNPJ no sítio eletrônico da Receita Federal para notificação por carta e nem via correio eletrônico, sua intimação se será pelo Diário Oficial Eletrônico do CIOP, bem como pelo Diário Oficial do Estado, sendo considerada intimada após a publicação, para todos os efeitos legais."

21. Na hipótese do inadimplemento da proposta exarada pela empresa EMERSON BEZERRA DA SILVA EPP, poderá a Administração Pública aplicar a penalidade máxima sem deixar de observar aos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, haja vista que, realizada a licitação na modalidade pregão, a própria lei estabelece tratamento rigoroso ao licitante convocado que não comparece para assinar o contrato, ou deixa de entregar os itens registrados em ata de registro de preços. Isso se deve, porque *"uma das vantagens do pregão consiste exatamente na celeridade que ele confere às contratações do poder público, celeridade que se perde caso o vencedor do certame não compareça para dar execução da proposta"*. (FURTADO, Lucas Rocha. Curso de licitações e contratos administrativos. Belo Horizonte: Fórum, 20074, p. 484).

22. Aliás, como bem alerta Jessé Torres Pereira Junior (in Comentários à lei de licitações e contratações da Administração Pública. 4. Ed. Rio de Janeiro: Renovar, 1997. P. 538-539), a recusa do adjudicatário a contratar com a Administração *"frustra o propósito do certame e gera contingência que poderá ser danosa ao interesse público, se outra licitação houver de ser realizada, com a perda de tempo, de recursos e desatendimento às necessidades da Administração"*. É de se considerar que *"ao ingressar no torneio licitatório, cada concorrente deve estar disposto a contratar. A participação na licitação constitui, para cada licitante, uma declaração da vontade de vir a contratar com a Administração"*.



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO OESTE PAULISTA

23. Por consequência, não tendo a empresa licitante demonstrado a ocorrência de fato superveniente e imprevisível que justifique o não cumprimento da entrega do item registrado em ata, e não existindo qualquer vício no processo, mister se faz a manutenção do valor registrado e exigência do cumprimento e entrega do item em que a empresa EMERSON BEZERRA DA SILVA EPP sagrou-se vencedora, sob pena de aplicação das sanções supramencionadas no caso de descumprimento.

CONCLUSÃO

24. Ante o exposto e, com fulcro nas considerações acima aduzidas, esta Diretoria Jurídica opina:

I – Pela manutenção do valor registrado dos itens em que a empresa EMERSON BEZERRA DA SILVA EPP sagrou-se vencedora, sob pena de aplicação das sanções descritas no instrumento editalício, no caso de descumprimento;

II – Pelo indeferimento do pedido de rescisão do item em que a empresa EMERSON BEZERRA DA SILVA EPP sagrou-se vencedora, sob pena de aplicação das sanções descritas no instrumento editalício, no caso de descumprimento.

Por fim, encaminhe-se ao setor de compras, licitações e contratos, obedecendo aos trâmites legais, principalmente dando-se ampla publicidade.

Presidente Prudente/SP, 07 de maio de 2021.

CIOP - Consórcio Intermunicipal do Oeste Paulista

Rua Coronel Albino, 550 - CEP 19020-360 Presidente Prudente - SP | Tel.: (18) 3223-1116



3698
D

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO OESTE PAULISTA


Dra. MARIA HELOISA DA SILVA CUVOLO
Diretora Jurídica

CIOP - Consórcio Intermunicipal do Oeste Paulista

Rua Coronel Albino, 550 - CEP 19020-360 Presidente Prudente - SP | Tel.: (18) 3223-1116

3763
g

MEMORANDO INTERNO Nº 98/2021

De: Setor de Compras, Licitações e Contratos

Para: Diretor Executivo

Assunto: Pedido de Reequilíbrio Econômico - Financeiro – Pregão Eletrônico – SRP – nº 22/2020

Interessado: Emerson Bezerra da Silva EPP - ARP nº 95/2020

Encaminho o Parecer Jurídico de fls. 3.688/3.698, que opinou pela manutenção do valor registrado em Ata e pelo indeferimento do pedido de rescisão contratual referente ao item 224 da Ata de Registro de Preços nº 95/2020.

Presidente Prudente, 17 de maio de 2021



MARCEL DOS SANTOS CARDOSO
Chefe do Setor de Compras, Licitações e Contratos

DESPACHO DO DIRETOR EXECUTIVO

Assunto: Pedido de Reequilíbrio Econômico - Financeiro – Pregão Eletrônico – SRP – nº 22/2020

Interessado: Emerson Bezerra da Silva EPP - ARP nº 95/2020

Trata-se de solicitação de reequilíbrio econômico financeiro/cancelamento do item 224 registrado na Ata de Registro de Preços nº 95/2020, alegando, em síntese, que houve um aumento do preço dos produtos, sendo necessária a recomposição destes para manutenção da empresa e também para não incorrer em crime fiscal.

O Setor Jurídico às fls. 3.688/3.698, opinou pelo indeferimento do pedido de reequilíbrio econômico – financeiro/cancelamento do item 224 - (PAPEL TOALHA 20.0CM X 21.0CM, NA COR BRANCA).

Isto posto, acolho na íntegra os fundamentos de fato e de direito esmiuçados no Parecer Jurídico e **DELIBERO** pelo **NÃO ACOLHIMENTO** da solicitação realizada pela empresa **EMERSON BEZERRA DA SILVA EPP, CNPJ Nº 36.688.418/0001-80**, mantendo-se os preços e condições anteriormente previstas, sob pena de aplicação das sanções administrativas previstas.

Publique-se.

Presidente Prudente, 17 de maio de 2021



CARLOS AUGUSTO VRECHE
Diretor Executivo-CIOP



3769
g

DESPACHO DO DIRETOR EXECUTIVO

Despacho do Diretor Executivo. Assunto: solicitação de reequilíbrio econômico financeiro/cancelamento do item 224. ARP nº 95/2020. Pregão Eletrônico nº 22/2020. Interessada: **EMERSON BEZERRA DA SILVA EPP, CNPJ Nº 36.688.418/0001-80**. Decisão: **DELIBERO pelo NÃO ACOLHIMENTO do pedido** de reequilíbrio econômico financeiro/cancelamento do item 224 - (PAPEL TOALHA 20.0CM X 21.0CM, NA COR BRANCA), conforme fundamento acostado nos autos. Carlos Augusto Vreche - Diretor Executivo do CIOP. Pres. Prudente, 17 de maio de 2021.

